



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004172-48.2014.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **CLAUDEMIR DONIZETTI SALDANHA**  
Requerido: **APPLE COMPUTER BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido em 22/03/2014 aparelho celular iPhone fabricado pela ré através do site de vendas Mercado Livre.

Alegou também que não conseguiu fazer uso ainda do aparelho porque ele permanece registrado na conta do antigo proprietário, o qual não efetuou o seu desbloqueio, desvinculando-o de sua conta de usuário.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em proceder à exclusão do bem da conta do antigo proprietário.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a pretensão deduzida não concerne a vício ou qualquer problema de funcionamento do objeto trazido à colação, mas diz respeito à necessidade de se promover à sua desvinculação da conta do antigo proprietário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A circunstância desse procedimento poder ser levado a cabo pelo mesmo não retira a legitimidade passiva ad causam da ré porque ela, na condição indiscutível de fabricante do aparelho, reúne à evidência condições para assim diligenciar, inexistindo, aliás, qualquer dado concreto que apontasse para direção contrária.

Não se pode olvidar, da mesma forma, que os documentos de fls. 15/17 demonstram que o autor buscou solucionar a pendência junto ao antigo proprietário, sem êxito.

Bem por isso, e não mais lhe sendo exigível que buscasse demandar contra ele ou contra o intermediador da compra, rejeito a prejudicial arguida.

No mérito, e como já assinalado, a ré não amealhou aos autos dados concretos que permitissem a ideia de que não tem possibilidade de cumprir a obrigação aventada pelo autor.

Outrossim, os documentos de fls. 05/13 viabilizam a certeza de que a compra em pauta foi realmente concretizada, não tendo a ré impugnado concretamente essas provas ou apontado para dúvida consistente sobre tal transação.

A experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), ademais, corrobora a convicção de que o negócio foi regularmente implementado, não sendo imprescindíveis outras formalidades para que o mesmo se tenha como concretizado.

A conjugação desses elementos impõe o acolhimento do pleito exordial, até mesmo para que o autor possa fazer uso do bem que adquiriu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em proceder à exclusão da conta do antigo proprietário, em que se encontra registrado o aparelho em apreço, devidamente adquirido pelo autor, permitindo-lhe registrá-lo e vinculá-lo na sua conta (ID da APPLE), a fim de poder utilizá-lo.

Fixo o prazo de 24h para cumprimento da obrigação, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Torno definitiva a decisão de fls. 23/24.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Transitada em julgado, intime-se a ré para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

**Por fim, e ficando certo que a autora não deu cumprimento à decisão de fls. 23/24, bem como que é possível a execução da multa dela decorrente independentemente do trânsito em julgado da presente, defiro desde já o pedido de fl. 61, parte final, diligenciando-se com as cautelas de praxe.**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**